



Número: **0600791-66.2020.6.16.0000**

Classe: **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **13/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600488-56.2020.6.16.0031**

Assuntos: **Pesquisa Eleitoral - Registro de Pesquisa Eleitoral, Mandado de Segurança**

Objeto do processo: **Mandado de Segurança com pedido liminar nº 0600791-66.2020.6.16.0000 impetrado por Colectta Consultoria em Estatística e Dados Ltda em face do Juízo da 031ª Zona Eleitoral de Campo Mourão/PR, na pessoa do Dr. Fabrício Voltaré; tendo como interessados Tauillo Tezelli e a coligação A Força da União (PSL, PL, CIDADANIA, PSDB, PSD, REPUBLICANOS, PSC, DC, PSB e PV); referente à Representação nº 0600488-56.2020.6.16.0031 - Por Pesquisa Irregular, ajuizada pelos ora interessados em face da empresa ora impetrante; Pesquisa eleitoral n.º PR-02294/2020 (Data de registro: 06/11/20 - Data de Divulgação: 12/11/2020), para o cargo de Prefeito, no município de Campo Mourão/PR, realizada pela empresa Colectta Consultoria em Estatística e Dados Ltda/ Colectta, contratada pela própria empresa.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
COLECTTA CONSULTORIA EM ESTATISTICA E DADOS LTDA (IMPETRANTE)	LUIZ PAULO MULLER FRANQUI (ADVOGADO) GUILHERME MALUCELLI (ADVOGADO) JAYNE PAVLAK DE CAMARGO (ADVOGADO) CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE (ADVOGADO) RODRIGO GAIÃO (ADVOGADO) GUSTAVO BONINI GUEDES (ADVOGADO)
JUIZO DA 031ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MOURÃO PR (IMPETRADO)	
TAUILLO TEZELLI (INTERESSADO)	
A FORÇA DA UNIÃO 17-PSL / 22-PL / 23-CIDADANIA / 45-PSDB / 55-PSD / 10-REPUBLICANOS / 20-PSC / 27-DC / 40-PSB / 43-PV (INTERESSADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21621 166	01/12/2020 12:35	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

MS 0600791-66.2020.6.16.0000

IMPETRANTE: COLECTTA CONSULTORIA EM ESTATISTICA E DADOS LTDA

Advogados do(a) IMPETRANTE: LUIZ PAULO MULLER FRANQUI - PR0098059, GUILHERME MALUCELLI - PR0093401, JAYNE PAVLAK DE CAMARGO - PR0083449, CASSIO PRUDENTE VIEIRA LEITE - PR0058425, RODRIGO GAIÃO - PR0034930, GUSTAVO BONINI GUEDES - PR0041756

IMPETRADO: JUÍZO DA 031ª ZONA ELEITORAL DE CAMPO MOURÃO PR INTERESSADO: TAUILLO TEZELLI, A FORÇA DA UNIÃO 17-PSL / 22-PL / 23-CIDADANIA / 45-PSDB / 55-PSD / 10-REPUBLICANOS / 20-PSC / 27-DC / 40-PSB / 43-PV

Relator: ROGÉRIO DE ASSIS

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado por Colectta Consultoria em Estatística em face de decisão proferida pelo Juízo da 31ª Zona Eleitoral, de Campo Mourão, que, em sede de Impugnação ao Registro de Pesquisa nº 0600488-56.2020.6.16.0031, deferiu pedido liminar suspendendo a divulgação de pesquisa eleitoral registrada na Justiça Eleitoral sob nº 02294/2020.

A liminar pleiteada foi parcialmente deferida, afastando-se a decisão de 1º grau para liberar a divulgação da pesquisa registrada sob nº 02294/2020, mediante esclarecimento de que “A pesquisa está sendo impugnada nos autos de Representação Eleitoral nº 0600488-56.2020.6.16.0031” (ID 19238516).

A Procuradoria Regional Eleitoral manifestou-se pela extinção do processo, em razão da perda superveniente do objeto (ID 19878916).



Devidamente intimado, o Impetrante concordou com a perda do objeto (ID 2085616).

É o necessário relatório.

Decido.

O presente mandado de segurança ataca decisão proferida nos autos de Impugnação ao Registro de Pesquisa nº 0600488-56.2020.6.16.0031, que deferiu pedido de liminar suspendendo a divulgação de pesquisa eleitoral registrada na Justiça Eleitoral sob nº 2294/2020.

Posteriormente ao ajuizamento do presente mandado de segurança, o juízo *a quo* proferiu sentença em 14/11/2020 julgando improcedente a impugnação, senão vejamos:

*Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido e **DECRETO A EXTINÇÃO DO PROCESSO** com resolução de mérito.*

Desta forma, considerando ainda as manifestações da Procuradoria Regional Eleitoral (ID 19878916) e do Impetrante (ID 2085616), verifico que não subsiste mais o interesse do Impetrante na obtenção do provimento jurisdicional a amparar o prosseguimento do *mandamus*, o qual deve ser extinto sem resolução de mérito, ante a perda superveniente de seu objeto.

Diante do exposto e com fulcro no art. 31, inciso IV, alínea 'a' do Regimento Interno do TRE/PR¹, julgo **EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO** o presente Mandado de Segurança, em razão da perda superveniente de seu objeto, com amparo nos artigos 485, inciso VI² e 493³, ambos do Código de Processo Civil.

Comunique-se a autoridade apontada coatora acerca desta decisão.

Publique-se. Intime-se.

Aplique-se o contido no art. 64 da Resolução TSE nº 23.608/2019.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

ROGÉRIO DE ASSIS

Relator



¹ Art. 31. O Relator poderá, monocraticamente: [...]

IV - decidir sobre:

a) pedidos manifestamente intempestivos, incabíveis ou prejudicados; [...]

² Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...]

VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; [...]

³ Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.

Parágrafo único. Se constatar de ofício o fato novo, o juiz ouvirá as partes sobre ele antes de decidir.

